

# PERFIL DO REVISOR EM CARREIRA PÚBLICA: CONHECIMENTOS, HABILIDADES E DESAFIOS

Amanda Patrícia Figueirôa Rocha

Pontifícia Universidade Católica  
de Minas Gerais - PUC Minas  
Virtual

**E**

*Resumo*

Este artigo tem como objetivo traçar um panorama do profissional de revisão de textos em órgão público, analisando as provas de concurso e a trajetória desse profissional. Foi produzido a partir de uma pesquisa qualitativa, por meio de um questionário aplicado na Assembleia Legislativa de Minas Gerais aos servidores que atuam como redatores-revisores e, também, pela análise do último concurso para o cargo, nesse mesmo órgão, em 2008. Durante a análise dos dados, procurou-se destacar o perfil esperado desse profissional e as vantagens e desvantagens da carreira pública. Em virtude de sua especificidade e pelo fato de o tema proposto não ser objeto de artigos acadêmicos, o ponto principal deste artigo é ampliar a discussão para os desafios enfrentados pelo revisor de textos no seu cotidiano profissional.

Palavras-chave: Revisor de textos. Carreira Pública. Concurso Público.

## Introdução

Considerando estudantes e profissionais da área de revisão e as oportunidades existentes nos órgãos públicos para o cargo de revisor, percebe-se a necessidade de se aprofundar no estudo de textos específicos para concursos e de conhecer o perfil esperado desse profissional. Em 2008, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais - ALMG - realizou um concurso para o cargo de revisor no qual foram solicitados conhecimentos gerais e específicos da área para a ocupação de 15 vagas. Cerca de 2.500 candidatos, com variadas graduações, inscreveram-se

para o cargo, mas apenas 45 foram aprovados, após 3 etapas eliminatórias.

Com esta pesquisa, pretende-se analisar as provas realizadas durante o processo seletivo, a fim de verificar conhecimentos e habilidades exigidos, traçando, assim, um panorama esperado dos órgãos públicos para o cargo de revisor e verificando se esse quadro se confirma com o trabalho propriamente dito, no pós-concurso.

## Redator-revisor da ALMG

Segundo o Manual de Redação Parlamentar da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, o parlamento é visto como um espaço de representação onde linguagens variadas dialogam-se e confrontam-se segundo motivações e propósitos distintos. É fundamental, então, distinguir as instâncias de trabalho (político, técnico, administrativo), os interesses e responsabilidades (institucional e partidário, público e particular, singular e coletivo) e os discursos (palavras e textos).

O revisor de textos deve propor alterações necessárias - sejam elas tipográficas, ortográficas, lexicais, gramaticais, estilísticas e discursivas - à adequação dos textos às condições de produção.

Da mesma forma, o redator parlamentar tem tarefa e responsabilidade cruciais: preparar o texto e modular a sua linguagem (a estrutura, a sintaxe, o vocabulário, o grau de formalidade), mas, nesse caso, deve considerar, especialmente, a finalidade do documento e o seu destinatário, até mesmo pelo alcance amplamente social que um texto parlamentar possui.

De acordo com a resolução promulgada em dezembro de 2007 pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, são atribuições do cargo de redator-revisor dessa Casa:

- prestar consultoria às Comissões, aos Deputados e aos titulares dos órgãos da Assembleia Legislativa no desempenho de suas competências institucionais, sobre matéria relacionada com a sua área de atuação;
- redigir e revisar proposições e documentos do processo legislativo;
- redigir e revisar textos, peças e publicações para divulgação institucional;
- elaborar estudos e informações sobre assunto de sua área de atuação;

- acompanhar os processos de elaboração dos textos produzidos em eventos institucionais e revisá-los;
- ministrar palestras e cursos promovidos pela instituição sobre assunto relacionado com a sua área de atuação;
- realizar outras atribuições compatíveis com a especialidade do cargo.

Um dos requisitos para ser um servidor público é ser aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos, conforme consta na Constituição do Estado de Minas Gerais. Desse modo, o revisor que optar trabalhar em órgão público precisa se preparar tanto para as provas do concurso, como para a função que irá exercer futuramente, caso seja aprovado.

Cada instituição terá atribuições específicas às quais o candidato deve estar atento antes de escolher o concurso que irá prestar. Essas atribuições devem ser respeitadas pela instituição, para que não se configure o “desvio de função”, problema não raro no setor público e que já motivou, inclusive, proposta de súmula pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ): “Reconhecido o desvio de função, o servidor faz jus às diferenças salariais decorrentes”.

Rodrigo Faria, em artigo publicado no *site* do Sindicato dos Servidores da Segunda Instância do TJMG, afirma:

Nesse cenário, deparamos com situações de servidores que exercem funções além e a mais daquelas que deveriam exercer dentro do conjunto de atribuições legais de seus cargos e funções diferenciadas e, também, casos em que servidores exercem atribuições/ funções de cargos de complexidade e exigência técnica superiores às do cargo que ocupam. (FARIA, 2013).

Vemos, então, que essas situações podem implicar gasto desnecessário de recursos públicos e comprometimento da eficiência e da qualidade do serviço, além de levantar uma questão ética.

Assim, ao fim deste trabalho, a partir de pesquisa empírica, verificaremos se as atribuições arroladas para o cargo de redator-revisor da ALMG no edital do concurso se confirmam ou não com a prática diária. Salientamos que, em virtude de o tema proposto não ter sido objeto de estudo em artigos acadêmicos anteriores, o ponto principal deste artigo será a análise dos dados recolhidos.

## Metodologia

Para realizar este trabalho, foi feita uma pesquisa de natureza descritiva de cunho qualitativo. No primeiro momento, foram analisadas as últimas provas aplicadas durante o concurso da ALMG para o cargo de redator-revisor, identificando principalmente conhecimentos e habilidades exigidos por esse órgão público.

Em seguida, foi aplicado um questionário para os servidores aprovados no concurso e que hoje atuam como revisores. Esse questionário visou coletar informações importantes sobre suas trajetórias e rotina de trabalho.

Por fim, foi feita uma análise dos dados levantados, buscando traçar o perfil desses profissionais e os desafios da profissão, nessa instituição.

## Análise dos resultados O processo Seletivo - Análise das provas objetivas e discursivas

O concurso da Assembleia Legislativa de Minas Gerais foi realizado em 2008 para mais de 2.500 candidatos que disputavam, dentre as 15 vagas, uma oportunidade para atuar como redator-revisor na instituição.

Para esse cargo, o candidato deveria se preparar para 3 etapas distintas, de acordo com a descrição do edital do concurso de 2007:

39.1.1 – A primeira etapa, eliminatória e classificatória, consistirá em prova objetiva, valendo 60 (sessenta) pontos, com 60 (sessenta) questões de múltipla escolha, valendo 1 (um) ponto cada uma.

39.1.1.1 – A prova será dividida em duas partes: a) a primeira parte conterà 40 (quarenta) questões versando sobre Linguística e Língua Portuguesa, de acordo com os conteúdos programáticos previstos no item 39.4.1; b) a segunda parte conterà 20 (vinte) questões versando sobre noções de Direito, de acordo com os conteúdos programáticos previstos no item 39.4.2.

39.1.1.2 – Ficará automaticamente eliminado o candidato que não obtiver, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos pontos atribuídos a cada uma das partes da prova a que se refere o item 39.1.1.1.

39.1.2 – A segunda etapa, eliminatória e classificatória,

consistirá em prova discursiva, valendo 120 (cento e vinte) pontos, com 6 (seis) questões envolvendo redação, interpretação, síntese e adaptação de textos.

39.1.2.1 – Ficará automaticamente eliminado o candidato que não obtiver, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos pontos atribuídos à prova discursiva.

39.1.3 – A terceira etapa, eliminatória e classificatória, consistirá em prova discursiva, valendo 120 (cento e vinte) pontos, que compreenderá duas partes: a) a primeira parte, valendo 60 (sessenta) pontos, consistirá na elaboração de proposição (projeto de lei ordinária ou complementar, projeto de resolução, proposta de emenda à constituição, emenda ou requerimento), de ofício ou de pronunciamento; b) a segunda parte, valendo 60 (sessenta) pontos, consistirá na revisão de texto de proposição (projeto de lei ordinária ou complementar, projeto de resolução, proposta de emenda à Constituição, parecer, emenda ou requerimento), de ofício ou de pronunciamento.

39.1.3.1 – Ficará automaticamente eliminado o candidato que não obtiver, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos pontos atribuídos a cada uma das partes da prova da terceira etapa.

Ao analisar a prova da 1ª etapa, foi possível agrupar as questões por área/tema e as habilidades e conhecimentos exigidos do candidato, de acordo com o quadro a seguir:

Língua Portuguesa e Linguística - QUESTÃO 01 A 40

Questão	O candidato deveria ser capaz de	Área/tema
01, 02, 03, 04, 05 e 06	Interpretar, relacionar, avaliar e sintetizar o texto	Interpretação
07, 08, 22 e 26	Analisar as expressões e conjunções no contexto	Coesão Textual
09	Identificar os articuladores metadiscursivos	Discurso
10 e 11	Identificar retomada anafórica e função referencial	Coesão Textual
12	Identificar exemplos de progressão textual	Coerência Textual
13 e 14	Conhecer os diferentes tipos de variação linguística e analisar seus elementos no texto	Linguística
15	Conhecer e diferenciar: enunciado, enunciação, ato de fala e ato de linguagem	Linguística
16	Identificar os operadores e suas funções	Discurso
17	Identificar o índice de polifonia	Discurso
18 e 19	Conhecer características da escrita, da fala e do processo de retextualização	Linguística

20 e 28	Identificar a função sintática do pronome "que"	Morfossintaxe
21	Reconhecer o índice de indeterminação do sujeito	Morfossintaxe
23	Identificar o uso do gerúndio que comprometa a articulação das ideias expressas	Coesão Textual
24, 25 e 27	Conhecer e analisar uso de sinais	Sinais ortográficos e de pontuação
29 e 32	Identificar erro de grafia	Ortografia
30, 31 e 33	Identificar problemas gramaticais e falta de paralelismo	Morfossintaxe
34	Reconhecer tipo textual predominante	Tipologia textual
35, 36 e 37	Analisar escrita que obedece à norma padrão	Morfossintaxe
38 e 39	Identificar grupo vocálico encontro consonantal e dígrafo	Fonologia
40	Reconhecer o predicado da oração	Morfossintaxe

Tabela 01: dados da pesquisa a partir da prova de Língua Portuguesa e Linguística da ALMG (2008).

#### Noções de direito - questão 41 a 60

Questões	Assuntos
41, 42, 43, 44 e 56	Estado, Sociedade e Governo
45, 46, 48, 49, 51, 52 e 58	Direito Administrativo
47, 50, 55, 59 e 60	Assembleia Legislativa do Estado
53, 54 e 57	Constituição da República e Constituição do Estado

Tabela 02: dados da pesquisa a partir da prova de Noções de Direito da ALMG (2008).

Apesar de não ser exigida a graduação no curso de Letras para o exercício da função de redator-revisor, o candidato teria que ter um sólido conhecimento na área da linguística e da norma padrão do português para realizar a prova, conforme indicado na tabela 01. A maioria das questões foi extensa e exigiu bastante atenção aos detalhes e boa memória a respeito de conceitos específicos. Veja exemplo de uma das questões sobre linguística na qual o candidato deveria conhecer e analisar as variedades estilística, dialetais, diastráticas (grupos sociais) e diatópicas (regionais):

#### Questão 13

Analise as seguintes afirmativas e assinale a alternativa incorreta:

- A) A variedade estilística ou de registro acontece em função da escolha pelo usuário de um estilo julgado conveniente.
- B) As variedades dialetais ocorrem em função da

situação comunicativa e do uso que um mesmo falante faz da língua.

C) As variedades diastráticas podem ser influenciadas por fatores ligados ao falante e/ou à situação de comunicação.

D) As variedades diatópicas ocorrem no plano horizontal da língua e são responsáveis pelos chamados regionalismos.

Já na tabela 02, as questões sobre noção de direito indicaram que o candidato precisava ter lido e estudado o Regimento Interno da Assembleia, a Constituição da República e a Constituição do Estado, conforme a bibliografia sugerida no edital. Além disso, havia na prova 07 questões sobre Direito Administrativo e 05 sobre Estado, Sociedade e Governo, totalizando mais da metade das questões da prova de noções de direito.

Na 2ª etapa, havia 06 questões discursivas que exigiam do candidato o domínio da norma culta, havendo desconto de pontos por inobservância da ortografia, da sintaxe (regência, concordância, colocação pronominal), da pontuação, da estrutura de período (coesão e coerência) e da propriedade de vocabulário.

Na questão 01, além de ler 03 textos tirados do jornal Folha de S. Paulo sobre o tema, o candidato deveria redigir um texto dissertativo, de no máximo 12 linhas, posicionando-se em relação à “Reforma ortográfica da língua portuguesa: passo importante para a sua unidade e seu prestígio internacional?”.

Na questão seguinte, foi solicitada a escrita de um texto dissertativo no qual deveria ser discutida a influência do entretenimento sobre o comportamento humano. A resposta também não poderia ultrapassar as 12 linhas. Havia 02 trechos de textos motivadores sobre o assunto: um da Revista Época e o outro das crônicas de Luís Fernando Veríssimo.

Na questão 03, o candidato deveria explicitar a relação existente entre os segmentos ligados pelas expressões conectivas destacadas no texto e reescrever partes do texto, substituindo essas expressões por outras equivalentes, sem haver alteração de sentido. Essa questão foi a única que permitiu um número maior de linhas, 30 no máximo.

Na questão 04, havia um texto sobre um parecer que rejeitava um projeto sobre doadoras de leite materno. Em no máximo 12 linhas, o candidato deveria redigir uma ata da reunião, de

acordo com o texto noticiado.

Na questão 05, foi solicitado um artigo de opinião, em linguagem formal, que lançasse mão das ideias defendidas em uma entrevista retirada do jornal Folha de S. Paulo.

Na última questão, foi solicitado um resumo de um texto de Marcuschi com extensão de quase duas páginas, sendo proibida a cópia de trechos do original. O candidato não poderia ultrapassar 12 linhas nessa questão.

Percebe-se então, que nessa etapa do concurso, o foco principal era selecionar candidatos que fossem capazes de escrever, de modo apropriado, diferentes gêneros textuais (artigo de opinião, ata etc), e que soubessem argumentar e usar adequadamente os elementos coesivos do texto. Além disso, o candidato deveria ser claro, objetivo e conciso, aproveitando bem cada espaço da questão para elaborar suas respostas.

Na 3ª etapa, foram 2 questões discursivas mais específicas, sendo uma de redação (projeto de lei) e a outra de revisão (discurso parlamentar).

Na questão 01, o candidato deveria fazer uso das informações fornecidas para redigir a proposição adequada aos objetivos da mesa, de acordo com as diretrizes e os padrões da técnica legislativa, acompanhada de justificção. O projeto deveria propor a criação de uma Comissão de Avaliação Legislativa, com os objetivos descritos.

Na questão 02, havia um pronunciamento extraído dos registros taquigráficos de uma das reuniões de Plenário da Constituinte que precisaria de ajustes para fazer parte de um livro. Assim, o candidato deveria fazer a revisão do texto para a publicação, circulando no próprio texto as palavras/trechos com erros e reescrevendo-os no espaço reservado.

Assim, na terceira etapa, viu-se que o candidato precisava conhecer a estrutura e a articulação das proposições do processo legislativo, assim como dos textos integrantes da redação oficial. De fato, as habilidades e os conhecimentos exigidos na 3ª etapa foram mais próximos da atividade do redator-revisor da ALMG.

## Questionário de Pesquisa - Análise do perfil do revisor da ALMG

No dia 24 de fevereiro de 2015, foi realizada uma visita à Assembleia Legislativa de Minas Gerais com intuito de conhecer o local e deixar o questionário elaborado para a pesquisa para que fosse preenchido pelos servidores da área de revisão. No total, essa etapa envolveu 16 participantes com o perfil indicado abaixo:

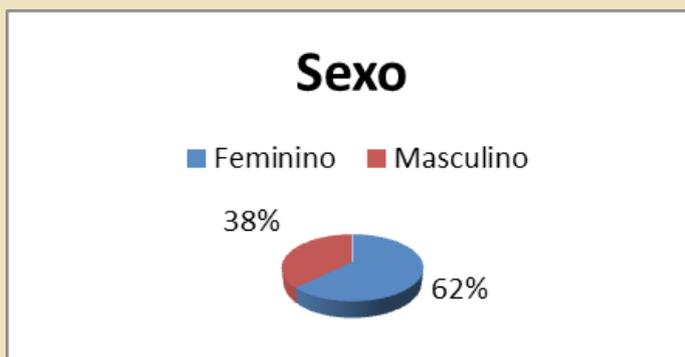


Gráfico 01: dados da pesquisa a partir do questionário aplicado aos servidores da ALMG.

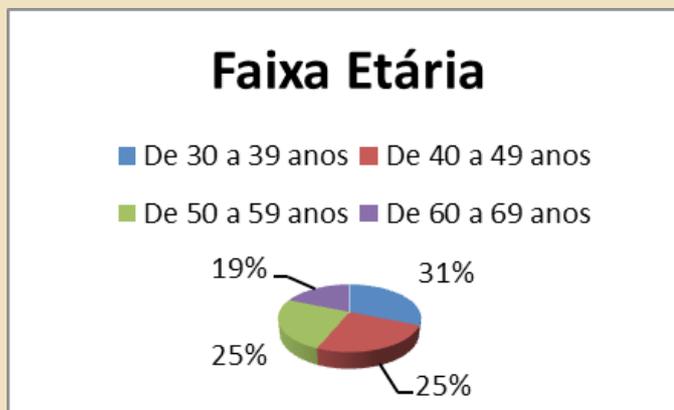


Gráfico 02: dados da pesquisa a partir do questionário aplicado aos servidores da ALMG.

Há revisores distribuídos em vários setores da ALMG, mas, durante a pesquisa, somente 3 áreas participaram: Revisão e Publicação; Comunicação; e Consultoria Temática.

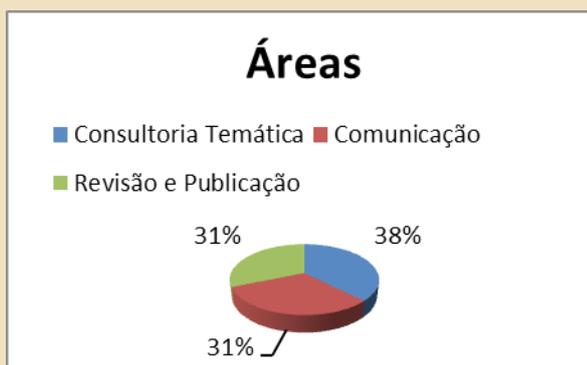


Gráfico 03: dados da pesquisa a partir do questionário aplicado aos servidores da ALMG.

De acordo com o gráfico 04, a maioria dos servidores tem graduação em Letras. Alguns também assinalaram ter graduação em outra área, mas apenas 04 possuem graduação apenas nas áreas: Medicina, Direito, Comunicação Social/Jornalismo e Comunicação Social/Publicidade e Propaganda.

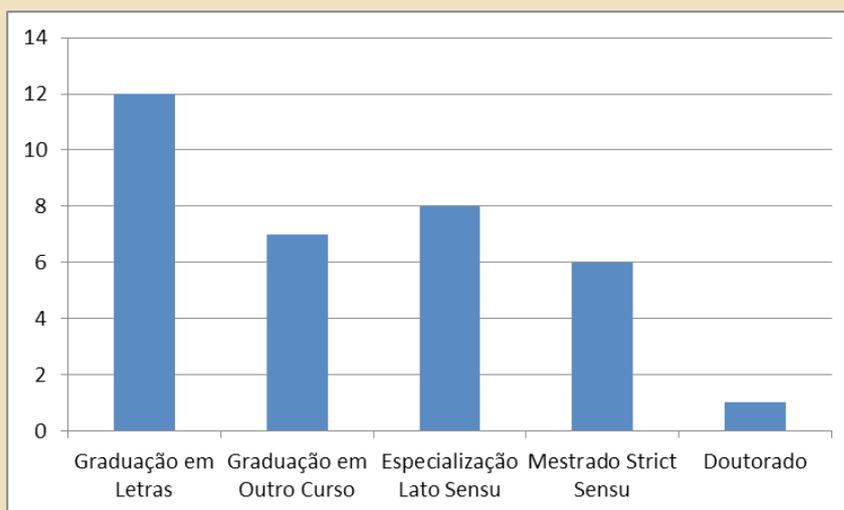


Gráfico 04: dados da pesquisa a partir do questionário aplicado aos servidores da ALMG.

Percebe-se também que muitos decidiram fazer curso de pós-graduação (gráfico 04) e buscaram aprimorar seus conhecimentos em língua portuguesa depois que entraram na ALMG, conforme o gráfico a seguir:

### Cursos de Língua Portuguesa ou Revisão de Textos além da Graduação

■ Não fez curso                      ■ Sim, apenas antes de entrar  
■ Sim, apenas depois de entrar   ■ Sim, antes e depois de entrar

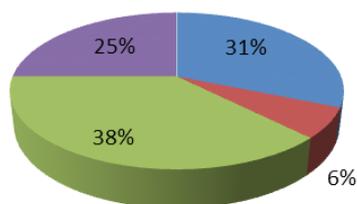


Gráfico 05: dados da pesquisa a partir do questionário aplicado aos servidores da ALMG.

Para aumentar as chances de aprovação o concurso, a maioria afirmou ter feito um cursinho preparatório (durante a semana ou nos finais de semana) e que estudava cerca de 4 horas diárias, em casa. Os servidores mais antigos disseram que a bagagem de vida e os anos dedicados à leitura e aos estudos foram fatores que fizeram a diferença para a conquista da vaga na ALMG (ver os gráficos 06 e 07).

### Curso Preparatório para Concurso

■ Sim   ■ Não

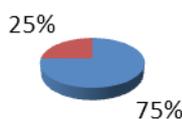


Gráfico 06: dados da pesquisa a partir do questionário aplicado aos servidores da ALMG.

### Tempo de Preparação para o Concurso

■ até 4 meses                      ■ de 5 a 11 meses  
■ 12 meses ou mais              ■ não se preparou

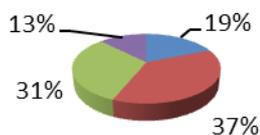


Gráfico 07: dados da pesquisa a partir do questionário aplicado aos servidores da ALMG.

Os que estudaram para o último concurso, na primeira etapa dedicaram-se mais à área jurídica (direito administrativo, direito constitucional e regimento interno da ALMG) e ao português (gramática normativa e linguística). Segundo eles, para a segunda etapa era importante o conhecimento de vários gêneros textuais, pois nas questões discursivas o candidato deveria elaborar textos argumentativos precisos, seguindo o padrão exigido. Já para a terceira etapa, era fundamental o domínio de textos parlamentares e de normas gramaticais, além do estudo detalhado do Manual Parlamentar da Assembleia. Muitos disseram que uma forma eficaz de estudar foi refazer várias vezes as questões de concursos anteriores.

Quando foi perguntado sobre o nível de complexidade das provas, mais da metade achou as questões difíceis ou muito difíceis. Veja o gráfico 08:

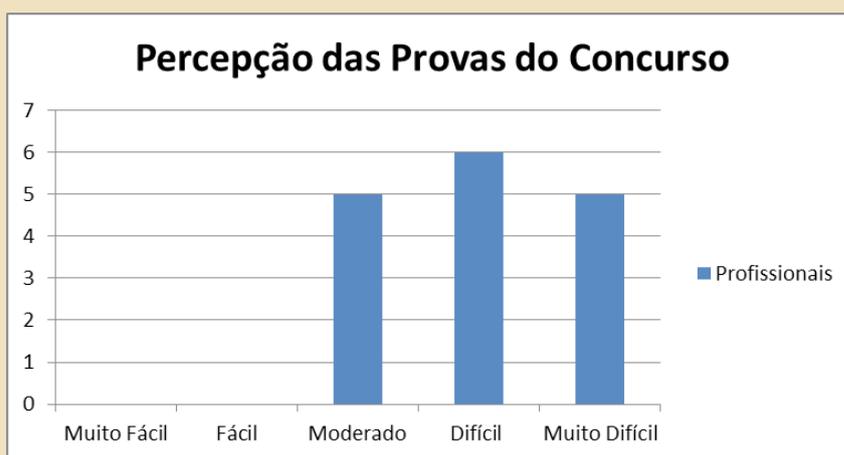


Gráfico 08: dados da pesquisa a partir do questionário aplicado aos servidores da ALMG.

De forma geral, os participantes disseram que as provas do último concurso atenderam aos objetivos, mas foram complexas e extensas. As questões foram bem elaboradas, com conteúdos diversificados, e procuravam avaliar várias habilidades do candidato.

A maioria disse que a primeira etapa foi mais simples, mas exigia outros conhecimentos e, por isso, o candidato deveria ter noções de direito e do regime interno da ALMG. Muitos disseram que o tempo foi reduzido para responder a um número excessivo de questões objetivas. Um participante ressaltou que houve erros de gramática normativa em algumas questões, trazendo também dúvida ao candidato.

Na segunda etapa, o espaço para a produção escrita foi muito reduzido e o candidato teria que ser objetivo e claro em suas

colocações, obedecendo ao gênero pedido. Alguns disseram que as questões discursivas foram pouco aplicáveis ao trabalho do revisor e, por isso, deveriam ser dispensadas. Já na terceira etapa, segundo afirmaram, as duas questões propostas foram bem elaboradas e voltadas, de fato, para o trabalho do revisor da ALMG.

Segundo um servidor que participou de um concurso mais antigo, as provas atuais avaliam melhor as habilidades linguísticas e o conhecimento do candidato. Para ele, antigamente as questões eram mais fáceis, pois cobravam somente conhecimentos sobre regras gramaticais, e eram feitas pelos próprios funcionários da ALMG.

Mais da metade não tinha experiência como revisor quando entrou na ALMG, conforme aponta o gráfico 09:



Gráfico 09: dados da pesquisa a partir do questionário aplicado aos servidores da ALMG.

No primeiro ano, todos os servidores têm que passar por um curso de formação da Assembleia Legislativa – CFAL – com aulas expositivas, palestras e visitas voltadas ao conhecimento da estrutura e do funcionamento da ALMG. É também oferecida capacitação pelos servidores mais antigos do setor que dão o apoio necessário ao novo revisor.

Em geral, os servidores afirmaram que as habilidades e conhecimentos exigidos durante a prova do concurso são necessários, porém o trabalho prático exige outros conhecimentos.

Dentre esses conhecimentos e habilidades, as principais atividades relatadas pelos revisores, dos diversos setores, foram: revisar textos que serão publicados no Diário Legislativo; revisar discursos, atas de reuniões, projetos de lei, resoluções, pareceres, notas técnicas, termos e editais de licitação, entre outros documentos do processo legislativo; redigir e revisar relatórios, correspondências, convites, cartazes, cartões, cartilhas, livros, textos de apresentação, placas de homenagem, catálogos, *folders*

etc; receber documentos digitalizados para serem revisados e encaminhá-los para a publicação; revisar textos transcritos a partir de registros em áudio de falas no plenário e nas reuniões de comissão (o conteúdo oral passa pelo taquígrafo e depois pelo revisor); redigir/revisar textos utilizados em publicações internas e externas; revisar informativos jornalísticos e preparar edição do jornal e do portal da ALMG; revisar e elaborar a redação final; acompanhar a tramitação dos projetos de lei e aprimorar os textos em conjunto com os consultores de áreas temáticas específicas; acompanhar o trabalho dos consultores oferecendo o apoio de revisão necessário.

A maioria relatou que é preciso muito empenho para realizar as tarefas solicitadas. Os principais desafios apontados pelos participantes da pesquisa ao entrar na Assembleia foram: revisar redação de variados gêneros textuais com os quais não estavam habituados; conhecer as normas de padronização da própria ALMG (o manual divergia em alguns aspectos da ABNT); conhecer linguagem adotada e a forma de edição dos textos legislativos; lidar com o conflito entre uso e norma (oralidade e escrita); atualizar os conhecimentos da língua portuguesa de acordo com a demanda; dominar o novo acordo ortográfico; entender como acontece o processo legislativo e a construção do texto do discurso legislativo para fazer uma revisão eficiente.

Mesmo diante dos desafios, há muitas vantagens de trabalhar como revisor da Assembleia. De acordo com os servidores, algumas delas são: bom salário; estabilidade profissional; ambiente de trabalho agradável; bom nível dos colegas; plano de carreira; carga horária (6 horas diárias); estímulo à formação contínua e ao trabalho de pesquisa; possibilidade de aprimoramento dos textos e documentos; trabalho em equipe (pois a revisão, em muitos casos, é feita em conjunto com outros revisores); trabalho tranquilo; capacitação constante devido à demanda que lida com diferentes gêneros textuais e com diversos públicos; liberdade e autonomia para trabalhar.

Foram apontadas também algumas desvantagens, tais como: repetição e pouca possibilidade de ser criativo; falta de valorização de cursos de pós-graduação e de atividades acadêmicas; a não exigência da formação em Letras que pode comprometer a percepção de problemas relativos à escrita; trabalho monótono; remuneração inicial baixa, se comparada aos salários pagos em outros órgãos públicos; lentidão na evolução da carreira; distribuição desequilibrada da quantidade de tarefas ao longo do tempo; períodos de pouco trabalho e

períodos de excesso, com demandas repentinas e urgentes, que stressam e prejudicam a qualidade do trabalho do revisor; além de questões políticas que, às vezes, dificultam a realização da tarefa.

Em geral, os servidores afirmaram que suas expectativas foram confirmadas quando entraram na ALMG. Poucos pontuaram situações negativas sobre a lotação no setor, as condições salariais e a satisfação geral com a atividade. Segundo eles, há setores que não exigem dos revisores os conhecimentos cobrados para a aprovação no concurso. Nos últimos anos, a perda salarial tem sido muito grande e a ALMG não paga seus servidores como antes. Apenas um servidor demonstrou não estar contente com o ambiente de trabalho, dizendo que, em muitos momentos, os funcionários ficam ociosos, conversando, e que não há companheirismo entre eles. Além disso, o trabalho não é desafiador, pois, além de ser monótona, a revisão de textos é de baixa complexidade, desestimulando o revisor.

Os participantes fizeram sugestões para aqueles que têm interesse em ingressar na carreira pública como revisor. Além de dedicação aos estudos, é importante fazer um bom curso preparatório. Frequentar aulas, consultar a gramática rotineiramente, buscar oficinas de revisão, ler e redigir variados gêneros textuais pode ajudar no decorrer da caminhada. É importante estar preparado para revisar diversos gêneros textuais de acordo com a demanda e, no caso da ALMG, deve-se compreender como se dá o processo legislativo e ficar atento ao que é solicitado no edital. Dedicar-se principalmente à gramática normativa, mas não negligenciar o estudo da linguística e da parte jurídica, por exemplo. Ter foco no trabalho de revisor e manter-se atualizado, participando de cursos direcionados para a área. Além de ter o conhecimento necessário se exercer a função, é importante ter também atenção e concentração, pois um erro pode destruir um trabalho inteiro. Portanto, sugere-se conversar com revisores do órgão público para o qual se pretende fazer o concurso para saber se é essa a ocupação que deseja. Como o trabalho de revisão não é muito valorizado, por ser caro, e de demorada execução, a carreira pública é uma alternativa interessante para esse profissional.

## Considerações finais

De acordo com a nomeação divulgada no site da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, foram convocados 33 revisores dentre os 45 aprovados no último concurso. Percebe-se então que há uma grande necessidade desse profissional em órgãos públicos e que o processo seletivo também é bastante rigoroso – 2.500 candidatos disputaram as 15 vagas iniciais para o cargo de redator-revisor.

Verificamos que as provas do concurso público buscam avaliar não só o conhecimento como revisor, mas também outras habilidades como: concentração, boa memória e conhecimentos gerais (em atualidades e linguística), e noções de direito (constitucional e administrativo).

Vimos que, caso o revisor opte por fazer esse tipo de concurso, será exigido o domínio da norma padrão do português e dos diversos gêneros textuais, suas estruturas e particularidades. Se o profissional de revisão não tiver graduação em Letras, e não for formado em Direito, é importante atualizar-se sobre linguística e sobre o novo acordo ortográfico, além de conhecer as normas dos gêneros oficiais e das proposições do processo legislativo.

Pode-se afirmar que há muitas vantagens em se tornar revisor em um órgão público, tais como: estabilidade, bom salário, oportunidade de aprendizagem, ambiente de trabalho agradável, entre outros. Porém, existem desafios inerentes ao cargo e à profissão. Assim, é importante analisar as atribuições e a rotina do profissional para escolher o concurso mais adequado segundo o perfil e as expectativas do candidato. Nesse sentido, na ALMG, não identificamos situações recorrentes que caracterizassem a prática do desvio de função. Contudo, existem circunstâncias pontuais como: setores que demandam menos ou mais o serviço do redator-revisor; fluxo de trabalho que nem sempre é contínuo, e, em alguns momentos, pode se tornar monótono; e o grau de complexidade do trabalho, que pode variar de acordo com a demanda.

Por fim, concluímos que o revisor que deseja ingressar em um órgão público enfrenta, sem dúvida, um desafio, pois essa carreira, além de demandar tempo e dedicação aos estudos para a conquista da vaga desejada, exige contínua capacitação profissional, quando já se é servidor, para a realização das tarefas propostas.

## ABSTRACT

This article aims to trace a profile of proofreaders on the public sector, based on a qualitative analysis of questionnaires answered by writers and proofreaders working the Legislative Assembly of the Minas Gerais State and of admission tests applied in 2008. The analysis of the data highlighted the expected professional profile and the favorable and unfavorable facts of public services career. Considering the specificity of this topic and that it should be more explored in future researches, this work broadens the discussion about the challenges proofreaders face on a daily basis along his career.

**Keywords:** Proofreading. Public Government Career. Public Selection Process.

## REFERÊNCIAS

FARIA, Rodrigo Rabelo. **O desvio de função no serviço público**. Disponível em: <[http://www.sinjus.com.br/modulos.php?nome=noticias&arquivo=visu\\_not&id\\_not=12662](http://www.sinjus.com.br/modulos.php?nome=noticias&arquivo=visu_not&id_not=12662)>. Acesso em: 25 mar. 2015.

FUNDEP. **Prova Redator-Revisor ALMG**. Disponível em: <<http://www.pciconcursos.com.br/provas/download/redator-revisor-almg-fundep-2007>> Acesso em: 09 fev. 2015.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. **Manual de Redação Parlamentar**. 3. ed. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <[https://www.almg.gov.br/consulte/publicacoes\\_assembleia/cartilhas\\_manuais/arquivos/manual\\_parlamentar.html](https://www.almg.gov.br/consulte/publicacoes_assembleia/cartilhas_manuais/arquivos/manual_parlamentar.html)> Acesso em: 24 fev. 2015.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. **Regimento Interno**. 9. ed. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/consulte/legislacao/Downloads/pdfs/RegimentoInterno.pdf>> Acesso em: 13 mar. 2015.

MINAS GERAIS. **Constituição do Estado de Minas Gerais**. 16. ed. 2015. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/consulte/legislacao/Downloads/pdfs/ConstituicaoEstadual.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2015.